

7 INFORMATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO: O USO DE MEIO ELETRÔNICO NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

Alanna Gomes Oliveira Gonçalves¹

RESUMO

As novas formas de Comunicação eletrônica têm ressoado no avanço da informatização do judiciário, com a devida aplicação da Lei 11.419/06, várias mudanças foram introduzidas no sistema judiciário, ocasionando inovações na esfera processual. No entanto, todo processo de transformação vem acompanhado de desafios e resistências. É necessário acreditar que o documento eletrônico pode ser tão ou mais seguro que o documento em papel, e que isso não trará prejuízo para o exercício da Jurisdição.

PALAVRAS-CHAVE: Informatização. Comunicação eletrônica.

1 INTRODUÇÃO

As repercussões geradas pela informatização do Judiciário atingem todos os campos do Direito, não havendo mais segmento da sociedade ou relação jurídica que não sofra direta ou indiretamente os reflexos da informática, de forma simplória este trabalho busca atingir alguns aspectos de fundamental relevância do processo eletrônico, abrangendo a seara trabalhista.

2 INFORMATIZAÇÃO ANUNCIADA NA JUSTIÇA TRABALHISTA

A informatização do processo judicial no Brasil surge com o advento da lei do processo

¹ Bacharelada em Direito do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Email: alannagomes@gmail.com - Rua Jornalista Rocha Barreto, 13, João Agripino, João Pessoa – Paraíba.

Eletrônico, Lei 11.419 de 19 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais².

O desenvolvimento tecnológico tem refletido no universo jurídico, trazendo transformações através da informática jurídica, ramo este que estuda as possibilidades e limitações da aplicação da informática ao Direito, voltadas para solução de problemas de profissionais da área jurídica. E também do Direito da informática, que por ser mais complexo, não se dedica simplesmente ao estudo do uso dos equipamentos informáticos como meio de auxílio ao direito delimitado pela informática jurídica, e sim a regulamentar a utilização da informática, disciplinando as relações jurídicas daí advindas. Dessa forma o Direito da informática tem muito a colaborar com o Direito Processual no que se refere aos princípios da economia, celeridade, efetividade e mesmo da instrumentalidade. A Constituição no artigo 5º LXXVIII garante a todos um processo de duração razoável, com os meios que permitam sua rápida tramitação.

É dito que (70%) setenta por cento do tempo gasto na tramitação de um processo nos tribunais brasileiros correspondem à repetição de juntadas, carimbos, certidões e movimentações físicas dos autos, os dados constam de uma pesquisa realizada pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie. A economia segundo a ministra se dá também em termos de dinheiro, pois um processo de papel de 20 folhas, computando-se papel, etiquetas, capa, tinta, grampos e clipes, fica em R\$ 20 (vinte reais), ou seja, 20 milhões de processos que chegam a cada ano no judiciário têm um custo material de R\$ 400 milhões. Segundo a pesquisa, o ganho imediato para o cidadão e a velocidade do andamento do processo eletrônico é cinco vezes mais rápido do que a do processo convencional de papel. Na busca de agilizar a prestação jurisdicional, e de inserir a informatização, como meio de ajuda a vencer os novos desafios criados pela própria tecnologia, a modernidade chegou finalmente à justiça do Trabalho, o judiciário deu uma amostra de progresso ao implantar o processo eletrônico.

3 ARTICULAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

O processo é um conjunto de atos que se sucedem e têm um objetivo. Esse suceder de atos ocorre ao lado de uma relação processual, entre o Estado Juiz e as partes, tais atos se manifestam, articulando-se através de um procedimento, para que haja a prestação jurisdicional. Dessa forma é o processo o meio pelo qual se realiza a tutela jurisdicional, e para tanto necessita da ação combinante

2 O art.1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta lei – Lei 11.419/2006

das partes, órgão da jurisdição e seus auxiliares.

As partes, representadas por seus patronos, praticam atos postulatorios, recursais executivos e cautelares sendo que todos esses atos estão relacionados diretamente com o direito de postular em juízo. O juiz pratica atos saneadores, instrutórios, administrativos e decisórios, dentre eles a sentença e os despachos interlocutórios e de movimento e, por fim, os auxiliares da justiça, aqueles que se incumbem de guardar e zelar pelo cuidado do processo praticam atos de movimentação, relacionado com a expedição de ofícios, remessa dos autos ao juiz ao perito, ao advogado, entre outros, atos de documentação relacionados com a autuação, enumeração, juntada, intimação, recebimento, conclusão, vista e remessa, e, por fim, de comunicação, relacionados às citações, notificações e intimações”. (REIS, 2009)

Esses atos não deixaram de existir com a implementação do processo eletrônico, houve apenas a migração de um modelo baseado em documentos físicos para o modelo eletrônico.

4 PROCESSO ELETRÔNICO E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Há busca pela modernização informatizada da Justiça Trabalhista vem sendo discutida a cerca de 10 anos, a partir da apresentação de projetos que implementavam a informatização no judiciário.

Em um primeiro momento visava à integração de toda a estrutura da justiça do trabalho a partir da padronização de equipamentos, de sistemas e programas de informática. Em um segundo momento o objetivo era a criação de uma estrutura que viabilizasse o processo eletrônico, este alcançado teoricamente com o advento da Lei nº 11.419/2006.

Apenas em 2004, foram dados os primeiros passos concretos para interligação e informatização das varas da justiça do Trabalho, com a criação de sistemas que permitiam as práticas processuais.

Atualmente, encontram-se em funcionamento na seara trabalhista sistemas que estão sendo implantados paulatinamente nos tribunais, um exemplo é o sistema E-DOC – Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos, que permite o peticionamento eletrônico mediante o uso de assinatura digital com o uso da certificação, recibo eletrônico da transmissão de petição, protocolo eletrônico, assinatura eletrônica dos juízes em despachos, decisões, sentenças, acordãos, notificações por meio eletrônico, registro eletrônicos da efetivação da intimação, etc...

É importante salientar que muitos questionam ainda a segurança dos sistemas, e a validade dos atos processuais eletrônicos, pois quando se trata de informatização, modernização, meio eletrônico, remetem-se imediatamente a insegurança virtual, e a dificuldade para adaptação sustentada por novas tecnologias. E ainda, pela dificuldade que a sociedade possui de quebrar paradigmas, pois no documento em papel, não há o que se discutir, pois ele tem sua validade

reconhecida, porém no documento eletrônico para que tenha validade jurídica e possa servir de meio probatório em juízo, necessita-se de um importante requisito: a impossibilidade de alteração do seu conteúdo.

A tese sustentada pelos conservadores é que enquanto os documentos tradicionais podem ser vistos e entendidos pelas pessoas apenas mediante o uso de seus próprios sentidos, os documentos eletrônicos, por serem compostos pelos imateriais bits, não podem. Esses questionamentos são esclarecidos quando entendido o funcionamento do sistema eletrônico, no que tange a assinatura eletrônica, expressão informática esta que identifica a pessoa mediante a oposição de seu nome ou sinal, é a escrita de forma personalizada, buscando atingir o reconhecimento da assinatura do autor e ser essa provida de estilo pessoal a ponto de dificultar a falsificação.

5 SEGURANÇA NAS TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS

O meio eletrônico está intimamente ligado à transmissão eletrônica que deve necessariamente se utilizar de assinatura digital ou assinatura eletrônica que garante a autenticidade do conteúdo do documento assim como a identificação de seu autor. A segurança da assinatura de documentos e a realização de transações são garantidas através do ICP, sigla que designa uma “infra-estrutura de chaves públicas”. A assinatura digital é caracterizada atualmente pela utilização da criptografia assimétrica, esta técnica dispõe da tecnologia de um par de chaves matematicamente relacionadas mediante um algoritmo específico, sendo que uma dessas chaves, a denominada chave pública, que contém uma série de números e letras, suficiente para certificar que a chave privada utilizada é verdadeira, mas insuficiente para descobrir o conteúdo dessa chave privada, impedindo que um terceiro tenha acesso às informações.

A assinatura serve para permitir que os documentos sejam emitidos no campo virtual, sob a forma de arquivos digitais, sendo aceitos como meio de prova em sua forma original eletrônica, com o mesmo valor legal do impresso em papel. A assinatura digital, nesse contexto, agrega ao documento eletrônico dois requisitos eletrônicos essenciais para que possam produzir prova: a autenticidade, que é o conhecimento da autoria, e a integridade, que é o controle sobre eventuais alterações que o documento venha a sofrer, depois de assinado. Com a utilização da criptografia para a assinatura digital, caracterizada por uma chave privada e uma chave pública ambas do remetente da mensagem, deixa espaço para o questionamento, se realmente as chaves utilizadas pertencem ao remetente. Nesse momento intervém uma terceira pessoa, previamente estabelecida e aceita pelas partes por contrato ou por determinação legal, que expede um certificado digital para

todos os que pretendam utilizar-se do sistema de comunicação eletrônica de documentos.

Segundo MENKE (2005, p. 49): “Certificado digital é uma estrutura de dados sob a forma eletrônica, assinada digitalmente por uma terceira parte confiável que associa o nome e atributos de uma pessoa a uma chave pública”.

O certificado digital é obtido de uma Autoridade Certificadora e contém o nome do titular (pessoa física ou jurídica), o número de série, a data da sua validade, a chave pública do titular e a assinatura (eletrônica) da Autoridade Certificadora, que garante o próprio certificado.

É de fácil compreensão que toda essa sistematização confere segurança nas transações processuais, como na publicação de atos judiciais, em que em nenhum sentido poderá correr o risco de ser alterado, trazendo assim instabilidade ao processo. Tendo a necessidade de explicitar que o software responsável pela instalação da assinatura digital, fará a verificação da validade do certificado digital utilizado, realizando toda essa operação automaticamente mediante uma consulta ao site da Autoridade Certificadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há do que se falar em conclusão, mas em reflexões sobre o tema discorrido, afinal, o judiciário tem aberto as portas para o desenvolvimento tecnológico, o qual tem ajudado a vencer novos desafios. Contudo, o avanço na informatização do judiciário acarretará inúmeros questionamentos, e muito ainda se falará sobre essa nova era da justiça brasileira.

REFERÊNCIAS

BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. **Manual de Direito – Eletrônico e Internet**. São Paulo: Aduaneiras, 2006

MATSUURA, Lilian. **Lei do processo eletrônico força modernização do Judiciário**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-mar-21/lei_processo_eletronico_forca_modernizacao_justica>. Acessado em 21 de novembro de 2009.

MENKE, Fabiano. **Assinatura eletrônica no direito brasileiro**. São Paulo: RT, 2005.

O Processo eletrônico e a Justiça do Trabalho. Disponível em: <http://atheniense.blogs.com/artigos/o_processo_eletronico_justicatrabalho_advogadosmn.pdf>. Acessado em: 22 de novembro de 2009.

REIS, Fábio Alves dos. **Algumas considerações sobre o processo eletrônico.** Disponível em: <<http://www.sociedadedainformacao.com/Artigos/ALGUMAS%20CONSIDERAC7%D5ES%20SOBRE%20O%20PROCESSO%20ELETRONICO.pdf>>. Acessado em 22 de novembro de 2009.

SILVA, Rosana Ribeiro da. **A viabilidade da prática de atos processuais via meios eletrônicos. Parágrafo único do art. 154 do 13º Anteprojeto de Reforma da Legislação Processual.** Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 44, ago. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1806>>. Acesso em: 24 nov. 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol.1, 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TONIAZZO, Paulo Roberto Froes. **Comunicação dos atos processuais por meio eletrônico: o impacto do uso da tecnologia na prestação jurisdicional a partir da Lei [11.419/06](#).** Disponível em < <http://www.lfg.com.br>>. Acessado em 20 de novembro de 2009.